

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INCLUSÃO

ASSISTIVE TECHNOLOGIES IN DISTANCE LEARNING: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSION

TECNOLOGÍAS DE ASISTENCIA EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA INCLUSIÓN

Elivaldo Serrão Custódio

Doutor em Teologia pela Faculdade EST, em São Leopoldo/RS. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Professor no Mestrado Profissional em Matemática da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>; E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

Regina Ribeiro Pessoa

Mestre em Educação revalidado pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Professora do Centro de Educação Profissional Maria Salomé Gomes Sares, Santana-AP.
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8257-7142>; E-mail: reessoa.santana@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a importância das Tecnologias Assistivas (TA) na Educação a Distância (EaD), refletindo sobre o papel do docente nesse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica. Os resultados apontam que a EaD não apenas democratiza o acesso à educação, mas também promove a inclusão social. A EaD estimula a socialização por meio de ambientes virtuais colaborativos, onde os alunos podem interagir, compartilhar experiências e construir conhecimentos coletivamente. Além disso, as TA desempenham um papel crucial na prática pedagógica docente, sendo ferramentas indispensáveis para a inclusão dos conteúdos escolares, especialmente para os alunos com deficiência.

Palavras-chave: EaD; Tecnologia Assistiva; Prática Pedagógica; Inclusão.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of Assistive Technologies (AT) in Distance Education (DE), reflecting on the role of the teacher in this process. This is an exploratory qualitative research of the bibliographic type. The results indicate that DE not only democratizes access to education, but also promotes social inclusion. DE stimulates socialization through collaborative virtual environments, where students can interact, share experiences and build knowledge collectively. In addition, AT plays a crucial role in teaching pedagogical practice, being indispensable tools for the inclusion of school content, especially for students with disabilities.

Keywords: DE; Assistive Technology; Pedagogical Practice; Inclusion.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de las Tecnologías de Asistencia (TA) en la Educación a Distancia (EaD), reflexionando sobre el papel del docente en este proceso. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria de tipo bibliográfica. Los resultados muestran que la educación a

distancia no sólo democratiza el acceso a la educación, sino que también promueve la inclusión social. El aprendizaje a distancia fomenta la socialización a través de entornos virtuales colaborativos, donde los estudiantes pueden interactuar, compartir experiencias y construir conocimientos de forma colectiva. Además, la TA juega un papel crucial en la práctica pedagógica docente, siendo herramientas indispensables para la inclusión de contenidos escolares, especialmente para estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: EaD; Tecnología de asistencia; Práctica Pedagógica; Inclusión.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inovação impulsionada pelo uso e expansão das novas tecnologias na Educação a Distância (EaD) é fortalecida pelas oportunidades proporcionadas pelas Tecnologias Assistivas (TA), que desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao conhecimento e na promoção da inclusão educacional. Essas tecnologias, ao serem integradas aos ambientes virtuais de aprendizagem, permitem que estudantes com diferentes necessidades e habilidades possam participar ativamente do processo educativo, eliminando barreiras que antes limitavam sua participação. Além do mais, a combinação de ferramentas como inteligência artificial, realidade aumentada, plataformas adaptativas e recursos de acessibilidade, como leitores de tela e *softwares* de reconhecimento de voz, amplia as possibilidades de personalização do ensino, atendendo às demandas individuais de cada aluno (Filatro, 2018).

Essa sinergia entre inovação tecnológica e educação não apenas potencializa a eficiência dos métodos de ensino, mas também contribui para a formação de profissionais mais preparados para os desafios de um mundo cada vez mais digital e conectado. A EaD, aliada às tecnologias assistivas, consolida-se como um modelo educacional inclusivo, dinâmico e capaz de transformar vidas por meio da aprendizagem contínua e acessível (Lima, 2022).

Este artigo busca oferecer contribuições sobre aspectos da Educação Inclusiva relacionados à EaD, indo além da simples acessibilidade ao conhecimento para alunos com necessidades especiais que não podem estar fisicamente presentes em um ambiente educacional formal. Para alcançar uma educação inclusiva e emancipatória, é crucial adotar uma política educacional fundamentada na diversidade. Isso envolve a implementação de projetos pedagógicos que façam uso de ferramentas digitais,

permitindo a superação de limitações territoriais e individuais (Lima; Galasso; hompson, 2021).

O ensino deve ser flexível o suficiente para que cada aluno possa se adaptar às suas próprias condições, e as ações educacionais devem ser repensadas para contemplar as peculiaridades de cada estudante, priorizando a igualdade e o respeito. Essa abordagem exige um olhar atento e sensível às diferentes realidades dos alunos, considerando fatores como contexto socioeconômico, habilidades individuais, interesses pessoais e possíveis limitações físicas ou cognitivas. Ao adotar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, a educação não apenas promove a inclusão, mas também fortalece a autoestima e a motivação dos estudantes, elementos essenciais para o sucesso no processo de aprendizagem (Behar, 2019).

Assim sendo, a flexibilidade no ensino deve ser acompanhada por um ambiente escolar ou virtual que incentive a participação ativa e o diálogo, permitindo que os alunos expressem suas dúvidas, ideias e necessidades sem receio de julgamentos. A utilização de ferramentas tecnológicas, como plataformas adaptativas e recursos multimídia, pode ser um grande aliado nesse processo, pois permite a criação de percursos de aprendizagem personalizados, que se ajustam ao ritmo e às preferências de cada estudante. Ao mesmo tempo, é fundamental que os educadores estejam preparados para atuar como mediadores, facilitando a construção do conhecimento de forma colaborativa e respeitosa. Assim, a educação se torna um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos têm a oportunidade de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Não é suficiente apenas reconhecer as diferenças; é necessário avançar além disso, superando a mera observação das desigualdades e trabalhando para eliminar os mecanismos que perpetuam qualquer forma de discriminação e disparidade. No entanto, se o propósito da educação é elevar a condição humana em direção à práxis, cabe às instituições educacionais, especialmente às escolas, lidar com o ser humano em sua característica mais fundamental, ou seja, na sua diversidade. Nessa visão, a educação inclusiva por meio da EaD não se limita apenas a garantir a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também a oferecer um currículo significativo, com especial atenção à diversidade, e a desenvolver a competência profissional dos

professores mediadores em ambientes virtuais de aprendizagem.

Para que isso seja possível, é essencial que o currículo seja pensado de forma a integrar conteúdos que respeitem e valorizem as diferentes culturas, histórias de vida e experiências dos estudantes, promovendo um aprendizado que faça sentido em seu contexto pessoal e social. Logo, a EaD inclusiva deve adotar estratégias pedagógicas que estimulem a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade (Moore, 2013).

O desenvolvimento da competência profissional dos professores mediadores é outro pilar fundamental nesse processo. Esses educadores precisam estar capacitados para utilizar as ferramentas tecnológicas de forma eficaz, criando ambientes virtuais de aprendizagem que sejam acessíveis, interativos e engajadores. Isso inclui o domínio de recursos como plataformas adaptativas, softwares de acessibilidade e metodologias ativas que favoreçam a participação de todos os alunos.

Por outro lado, os professores devem ser preparados para atuar de forma empática e sensível, reconhecendo as singularidades de cada estudante e adaptando suas práticas para atender às diferentes necessidades. A formação continuada e o suporte institucional são, portanto, elementos indispensáveis para que os educadores possam desempenhar seu papel com excelência, contribuindo para uma educação a distância verdadeiramente inclusiva e transformadora. Com o intuito de atingir os objetivos, estruturou-se este trabalho de maneira sucinta, objetiva, clara e reflexiva, com foco em destacar alguns pontos-chave relacionados à inclusão. Isso permitirá que os professores adaptem o uso de metodologias para o ensino em EaD, contando também com o suporte das TA (Filatro, 2018).

Essas tecnologias não apenas podem ser aplicadas em sala de aula, mas também são analisadas quanto à sua contribuição para o sucesso da prática pedagógica inclusiva em um ambiente virtual de aprendizagem. Ao serem integradas de forma estratégica, elas têm o potencial de transformar a experiência educacional, tornando-a mais dinâmica, interativa e adaptada às necessidades individuais dos alunos. Por exemplo, ferramentas como inteligência artificial, realidade aumentada e plataformas adaptativas permitem a criação de percursos de aprendizagem personalizados, que se ajustam ao ritmo e às

habilidades de cada estudante, promovendo maior engajamento e retenção do conhecimento.

Além do mais, os recursos de acessibilidade, como leitores de tela, legendas automáticas e softwares de reconhecimento de voz, garantem que alunos com diferentes necessidades possam participar ativamente do processo educativo, eliminando barreiras que antes limitavam sua inclusão. A análise dessas tecnologias também envolve a avaliação de seu impacto na prática pedagógica, considerando como elas podem ampliar as possibilidades de interação entre professores e alunos, facilitar a mediação do conhecimento e promover a colaboração entre os pares (Bento, 2017).

Para que isso ocorra de forma eficaz, é fundamental que os educadores estejam preparados para utilizar essas ferramentas de maneira crítica e reflexiva, adaptando-as aos objetivos de aprendizagem e ao contexto dos estudantes. Dessa forma, as tecnologias não apenas complementam o ensino tradicional, mas também se tornam aliadas essenciais na construção de um ambiente virtual de aprendizagem inclusivo, acessível e capaz de preparar os alunos para os desafios de um mundo cada vez mais digital e interconectado.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar a importância das TA na EaD, refletindo sobre o papel do docente nesse processo. Os objetivos específicos deste trabalho são: reconhecer a importância de proporcionar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e equidade para os alunos com deficiência; destacar o papel crucial do professor no apoio à aprendizagem gradual desses alunos; refletir sobre os métodos utilizados para incluir alunos com deficiência e analisar como educadores e instituições de ensino enfrentam os desafios relacionados à aprendizagem inclusiva. Para a realização deste estudo, foi adotada pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica (Lakatos; Marconi, 2010). Para análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo a partir das pesquisas de Bardin (2016).

Esta abordagem envolveu uma revisão extensiva da literatura, realizada por meio da análise de pesquisas em sites especializados, artigos científicos, dissertações, teses, além de livros e revistas relevantes na área de interesse. Utilizou-se pesquisas de diversos autores teórico-científicos, abordando temas pertinentes ao enunciado do estudo. Entre os autores e autoras destaque para os seguintes trabalhos: Moore (2013), Bento (2017),

Filatro (2018), Bear (2019), Lima (2022), Bezerra *et al* (2024), entre outras. Essas fontes foram investigadas e discutidas para fundamentar e estruturar a argumentação apresentada.

REVISÃO DE LITERATURA

Tecnologia assistiva e ambiente virtual de aprendizagem: para além da inclusão instrumental

Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT (Brasil, 2009), a TA refere-se a um conjunto de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. Esse conceito, ainda amplamente difundido, tem como foco a superação de barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas por meio de dispositivos e adaptações. Entretanto, autores como Mantoan, Prieto e Arantes (2006) têm apontado a necessidade de ressignificar essa compreensão, destacando que a tecnologia assistiva deve ser pensada também como ferramenta pedagógica de mediação e não apenas como prótese funcional.

Para Rodrigues e Alves (2013), a área de TA tem crescido nos últimos anos devido a alguns fatores que têm impulsionado a demanda por recursos e serviços destinados às pessoas com deficiência. Esse crescimento reflete uma maior conscientização sobre a importância da inclusão social e educacional, aliada aos avanços tecnológicos que possibilitam a criação de ferramentas inovadoras e acessíveis.

As TA desempenham um papel crucial na promoção da autonomia e da participação ativa de pessoas com deficiência em diversos contextos, desde o ambiente escolar até o mercado de trabalho. A expansão dessa área está diretamente relacionada ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, garantidos por legislações e políticas públicas que incentivam a criação e a disseminação de soluções tecnológicas

O principal desses fatores está relacionado ao destaque dado aos arranjos sociais como promotores, ou não, de acessibilidade para essas pessoas. Nessa concepção, questionam-se todos os mecanismos que de alguma forma impedem a participação plena nos diferentes espaços e papéis sociais, buscando formas de garantir efetivamente tal

participação como direito de todos.

Nessa perspectiva, o docente da EaD precisa oferecer atividades que contribuam para a aquisição de conceitos, além de disponibilizar situações contínuas que auxiliem esses alunos a fundamentarem seus pensamentos. No entanto, essas metodologias devem se objetivar em ações pedagógicas que contribuam significativamente para a aprendizagem dos alunos, tanto dentro quanto fora da escola (Moran; Masseto; Behrens, 2000).

De acordo com Rodrigues e Alves (2013), assim como Lima *et al* (2024) corroboram em afirmar que TA é atualmente uma área em ascensão, impulsionada principalmente pelo novo paradigma da inclusão social, que preconiza a participação das pessoas com deficiência em diversos ambientes da sociedade. Para a maioria dessas pessoas, os recursos de TA são essenciais para a mobilidade, atividades relacionadas à aprendizagem, trabalho, comunicação e interação com o mundo.

Mantoan (2015), ao tratar da inclusão escolar, chama atenção para o fato de que a simples presença de recursos tecnológicos não garante a efetivação da aprendizagem e da participação. A inclusão, nesse sentido, depende da intencionalidade pedagógica, da postura ética do educador e da valorização da diversidade como princípio organizador da prática educativa. Okimoto (2021) por sua vez, propõe que a TA seja entendida como uma tecnologia de apoio à aprendizagem de todos, superando a lógica da compensação e assumindo um papel proativo na construção de um currículo inclusivo.

Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) tornaram-se cada vez mais presentes nas práticas educativas, especialmente após a intensificação do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. Plataformas como *Moodle*, *Google Classroom* e *Canvas* passaram a mediar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes níveis de ensino, revelando tanto potencialidades quanto desafios.

Segundo Moran (2000; 2018), os AVAs oferecem oportunidades para diversificar metodologias, flexibilizar tempos e espaços e ampliar a personalização da aprendizagem. No entanto, como aponta Kenski (2012), essas possibilidades não se concretizam de forma automática, pois dependem da formação docente, da qualidade da mediação pedagógica e do compromisso com uma educação inclusiva e equitativa. Assim, a presença de recursos tecnológicos nos AVAs — como leitores de tela, legendas,

tradutores de Libras, navegadores acessíveis — não é suficiente para garantir a participação significativa dos estudantes se esses recursos não estiverem articulados com estratégias didáticas consistentes.

Um dos equívocos recorrentes na discussão sobre TA e AVA é supor que a inclusão ocorre automaticamente com a disponibilização de ferramentas tecnológicas. No entanto, como destaca Freitas (2023), a inclusão é um processo que requer mediação ativa do professor, planejamento pedagógico intencional e compreensão da singularidade dos sujeitos. Exemplos de práticas docentes inclusivas envolvendo TA em ambientes virtuais mostram que, quando o professor assume um papel de mediador, os recursos tecnológicos tornam-se efetivamente instrumentos de aprendizagem.

Outro ponto que merece destaque é a relação entre tecnologia assistiva e currículo. Em muitos contextos escolares, os recursos assistivos são incorporados como medidas compensatórias, voltadas exclusivamente a estudantes com deficiência. Essa abordagem, embora importante em alguns casos, não dá conta das múltiplas dimensões da inclusão e tende a reforçar a ideia de que a deficiência é um problema a ser resolvido com adaptações pontuais.

Autores como Skliar (2003; 2006) e Sonza, Salton e Agnol (2018) têm defendido uma perspectiva mais ampla, em que o currículo seja repensado à luz da diversidade, e a tecnologia assistiva seja integrada como parte das estratégias de ensino para todos os estudantes. Isso implica, por exemplo, utilizar vídeos com legendas e Libras não apenas para alunos surdos, mas como recurso de apoio à compreensão para todos os estudantes; promover atividades com materiais táteis e visuais para todos, e não apenas para estudantes com deficiência visual; utilizar jogos digitais acessíveis como forma de explorar diferentes estilos de aprendizagem.

Nesse sentido, a TA não se limita a corrigir uma ausência, mas a enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais significativo, democrático e responsivo à diversidade. Logo, a aprendizagem não é resultado apenas de estímulos externos, mas de um processo de construção interna mediado por condições sociais, afetivas e cognitivas. Portanto, a TA, quando integrada de forma crítica ao currículo escolar, pode contribuir para ampliar essas condições.

Tecnologia assistiva, diversidade e formação docente

A diversidade é um conceito que suscita uma variedade de discussões e reflexões nos ambientes educacionais, destacando a escola como um espaço fundamental para promover práticas educativas que abracem as diferenças e estimulem transformações. Não se trata apenas de aceitar as diferenças, mas sim de ir além, superando a mera constatação das desigualdades e trabalhando para eliminar os mecanismos que as geram. Deste modo, é necessário que a escola adote uma postura ativa, implementando políticas e práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade de culturas, identidades, habilidades e experiências presentes em sua comunidade. Isso inclui a revisão de currículos, a adoção de metodologias inclusivas e a criação de um ambiente acolhedor, onde todos os alunos se sintam representados e respeitados.

Além disso, a promoção da diversidade na educação exige um compromisso com a formação continuada dos educadores, preparando-os para lidar com as complexidades e desafios que surgem em um contexto marcado pela heterogeneidade. Professores e gestores devem estar aptos a reconhecer e combater preconceitos, estereótipos e práticas excludentes, garantindo que a escola seja um espaço de equidade e justiça social (Díaz *et al.*, 2009; Miranda, 2016; Foster; Custódio, 2024). Ao mesmo tempo, é fundamental envolver os estudantes e suas famílias nesse processo, incentivando o diálogo, a empatia e a colaboração. Dessa forma, a escola não apenas reflete a diversidade da sociedade, mas também se torna um agente transformador, capaz de preparar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um mundo mais inclusivo e respeitoso.

Se a função da educação é elevar a condição humana em direção à ação prática, cabe às instituições educacionais, especialmente às escolas, reconhecerem a diversidade como uma característica intrínseca do ser humano (Sasaki, 1996). No entanto, diante de todos esses conceitos e questões relacionadas à preparação dos professores para trabalhar com alunos com necessidades especiais em um contexto de educação inclusiva, este trabalho se baseou na observação de diversos pesquisadores e estudiosos da área da inclusão escolar. O objetivo foi sempre buscar a reconstrução do conhecimento (Pelosi, 2003).

Segundo Pelosi (2003), é crucial reconhecer que o primeiro passo na área da educação é a formação adequada dos professores, visando desenvolver suas habilidades e capacidades para promover o ensino-aprendizagem. Isso porque o sucesso ou fracasso escolar estão intimamente ligados a esses elementos. Para Sasaki (2010), a deficiência carrega um significado marcante, pois é frequentemente contrastada com a ideia de eficiência, sugerindo que a pessoa com deficiência é incapaz, limitada ou defeituosa. Isso frequentemente leva à discriminação e à indiferença por parte da sociedade em geral.

É evidente a problemática atual que não se limita apenas ao despreparo dos professores da Educação básica, mas também à falta de estrutura no ambiente escolar. As pessoas envolvidas no processo educacional precisam estar atentas para observar e identificar possíveis sinais de preconceito e desigualdade, que podem levar à falta de atenção, interesse e até mesmo à exclusão do aluno com deficiência (Sasaki, 2010).

Logo, é importante destacar os diversos desafios e dificuldades enfrentados pelos professores ao tentarem atender de maneira adequada aos alunos com deficiência. Isso se deve, em parte, à falta de conhecimento em sua formação inicial como docentes, já que é reconhecido que a licenciatura em si não aborda de forma completa as questões relacionadas à inclusão (Sasaki, 2010). É essencial que os educadores compreendam seu verdadeiro papel na construção de uma educação comprometida com a diversidade, adotando práticas relevantes que promovam o respeito às diferenças.

A formação de professores é um elemento-chave para que a TA e os AVAs sejam utilizados de forma significativa e inclusiva. A pesquisa de Silva, Ferreira e Pereira (2020), realizada com licenciandos da área da educação, revelou que a maioria dos futuros professores ainda possui pouca familiaridade com os conceitos de TA e sente-se insegura para utilizá-las no planejamento pedagógico.

Para enfrentar esse desafio, é necessário que os cursos de formação inicial e continuada incluam componentes curriculares que abordem não apenas os aspectos técnicos, mas também as dimensões éticas, políticas e pedagógicas da inclusão. A formação docente precisa promover a reflexão crítica sobre o papel das tecnologias na educação, estimular a experimentação de recursos e, sobretudo, desenvolver a sensibilidade para a escuta e o diálogo com os estudantes.

A proposta de uma pedagogia inclusiva, como defendida por Freire (2015), nos

ajuda a compreender que o uso das tecnologias deve estar a serviço da humanização, da autonomia e da transformação social. A TA e os AVAs, nesse contexto, não são fins em si mesmos, mas meios para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

Tecnologia assistiva, educação a distância e inclusão

De acordo com Da Matta e Ferraz (2015) a escola é um espaço de reflexão e debate, além de ser um local onde se busca proporcionar igualdade de oportunidades, respeitando a diversidade e comprometendo-se a oferecer uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas limitações. Ao mesmo tempo, o cenário educacional contemporâneo evidencia uma tendência marcante: a crescente adoção de métodos, técnicas e tecnologias de EaD em um sistema integrado de ensino superior.

Neste sentido, o movimento da EaD reflete a necessidade de adaptação às demandas da sociedade atual, que busca flexibilidade, acessibilidade e inovação nos processos de aprendizagem. A integração dessas ferramentas não apenas amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, mas também promove uma transformação significativa na forma como o ensino é concebido e praticado, consolidando-se como um pilar fundamental para o futuro da educação.

Isso permite a criação de cursos que combinam diferentes recursos de ensino e aprendizagem, podendo ser aplicados tanto em cursos presenciais quanto totalmente a distância, sem que sejam estabelecidos sistemas separados ou excludentes. No entanto, é de extrema importância que os professores estejam preparados para receber o aluno com deficiência, adotando métodos que promovam a prática da cultura corporal e suas práticas. O educador deve planejar uma abordagem educacional inclusiva, onde o ambiente escolar seja acessível para todos os alunos, permitindo que possam se locomover, interagir e participar das atividades propostas, respeitando suas habilidades individuais.

Assim, é essencial que os professores recebam formação específica e continuada, que os capacite a entender as necessidades específicas de cada aluno e a adaptar suas estratégias de ensino de forma criativa e eficaz. Isso inclui o uso de recursos pedagógicos diferenciados, como materiais adaptados, tecnologias assistivas e metodologias que incentivem a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas

limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Contudo, a escola deve garantir que sua infraestrutura seja pensada para promover a inclusão, com rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalização tátil e outros recursos que facilitem a mobilidade e a autonomia dos alunos com deficiência.

A acessibilidade, no entanto, vai além das questões físicas: é preciso criar um ambiente acolhedor e livre de preconceitos, onde a diversidade seja celebrada e as diferenças sejam vistas como oportunidades de aprendizado mútuo. O professor, nesse contexto, assume o papel de mediador, incentivando a colaboração entre os alunos e promovendo atividades que valorizem a cooperação e o respeito às individualidades. Dessa forma, a escola se torna um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de desenvolver suas potencialidades e participar plenamente da vida escolar.

O professor atua como mediador nesse processo de desenvolvimento e crescimento educacional e pessoal (Moran; Masseto; Behrens, 2000). Logo, pode-se afirmar que a escola é um ambiente que vai além do ensino, proporcionando também a socialização e oportunidades de crescimento pessoal para os estudantes (Sasaki, 2010).

Para que isso aconteça, é essencial que todos os profissionais da escola adquiram conhecimentos abrangentes sobre o tema, destacando tanto seus aspectos técnicos quanto vivenciais. Isso possibilitará a elaboração de propostas de atuação que promovam a interação de pessoas com necessidades especiais, além de garantir objetivos inclusivos e adaptações de postura em relação a eles, especialmente no contexto didático da EaD (Sasaki, 1996, 2010). De fato, as políticas educacionais têm enfatizado a importância da educação como uma condição fundamental para o desenvolvimento humano. Ao longo da história, o processo de educação formal tem atravessado diversos contextos e momentos, muitas vezes enfrentando dificuldades na garantia de um ensino de qualidade para todos os estudantes (Moran; Masseto; Behrens, 2000).

Observa-se que nos principais documentos que embasam a formulação de políticas públicas de Educação Especial - como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Guatemala (1991), a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei n. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) - existe uma preocupação em garantir a todos o direito à igualdade e a uma educação de qualidade. A

escola deve encarar a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educacional, e cada situação que surge ao longo do ano letivo deve ser vista como uma oportunidade para enriquecer e ampliar a compreensão e aceitação do público-alvo. Isso não apenas por parte dos profissionais envolvidos, mas também pela sociedade que interage com esses indivíduos (Pelosi, 2003).

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (Brasil, 2001) estabelece que os sistemas de ensino têm a responsabilidade de matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Pelosi, 2003). Essa diretriz reforça o compromisso com a inclusão educacional, assegurando que nenhum estudante seja excluído do processo de aprendizagem devido a suas particularidades.

A organização das escolas para receber e integrar alunos com necessidades especiais é um passo fundamental para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo, onde a diversidade é valorizada e respeitada. Além disso, a garantia de condições adequadas, como recursos pedagógicos, formação docente e infraestrutura, é essencial para que esses alunos possam desenvolver plenamente suas potencialidades, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e solidária.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), é necessário fornecer uma suplementação ou complementação curricular conforme as características e necessidades individuais dos educandos, visando a complementar, enriquecer, ampliar ou aprofundar a base curricular nacional. Para Pelosi (2003) e Manzini (2005), a escola precisa adaptar-se a cada indivíduo, garantindo uma educação de qualidade para todos por meio de um currículo adequado, modificações organizacionais, estratégias de ensino diferenciadas, utilização de recursos e colaborações com a comunidade.

Essa perspectiva ressalta a importância de um modelo educacional que reconheça e valorize as singularidades de cada aluno, promovendo práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas. A adaptação do currículo e a flexibilização das estratégias de ensino são fundamentais para criar um ambiente inclusivo, onde todos os estudantes possam aprender e se desenvolver de maneira significativa.

Entretanto, a colaboração com a comunidade amplia o alcance das ações educativas, integrando diferentes saberes e fortalecendo o vínculo entre a escola e a sociedade. Por isso, a educação de qualidade para todos torna-se uma meta alcançável, baseada no respeito à diversidade e no compromisso com a equidade. Ainda para Da Matta; Ferraz (2015), a preocupação com a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência é relativamente recente.

No entanto, é fundamental garantir o direito dessas pessoas à participação econômica, política e social. Uma das maneiras de promover a inclusão dessas pessoas é através da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e nesse contexto, a educação a distância tem se mostrado um importante instrumento. Dessa forma, educar para a diversidade e cidadania demanda uma mudança de conceitos e paradigmas em toda a sociedade. É essencial que o aluno esteja inserido em diversos ambientes, não apenas o educacional, e que haja práticas que incorporem o uso das TICs. Com isso, os professores da nova educação podem ter uma base sólida e moderna, contribuindo para a concretização da educação para a cidadania (Da Matta; Ferraz, 2015).

A perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é resultado do constante exercício da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e valorização das diferenças. Isso não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diversas áreas (Mantoan, 2015). Portanto, é crucial repensar os conceitos e paradigmas da inclusão, traçando caminhos que facilitem o desenvolvimento da pessoa com deficiência e que levem o educador a compreender seu verdadeiro papel na construção de uma educação comprometida com a diversidade. Isso implica adotar práticas relevantes que promovam o respeito às diferenças (Mantoan, 2015).

A escola deve estar sempre preparada para receber alunos com deficiência, pois é crucial que todos reconheçam as diferenças, mas compreendam que o ambiente escolar é um espaço social onde todos têm igualdade de oportunidades, sem discriminação. É fundamental que a instituição promova uma cultura de inclusão, que vá além da simples adaptação física do espaço, abrangendo também a formação de professores, a revisão de práticas pedagógicas e a sensibilização de toda a comunidade escolar. A inclusão não se limita a garantir o acesso dos alunos com deficiência ao ambiente escolar, mas também a assegurar que eles possam participar ativamente de todas as atividades, desenvolvendo

suas habilidades e potencialidades em um contexto de respeito e valorização das individualidades.

A escola deve adotar uma postura proativa, identificando e eliminando barreiras que possam impedir a plena participação dos alunos com deficiência. Isso inclui a implementação de políticas de acessibilidade, a utilização de tecnologias assistivas e a criação de um currículo flexível, que contemple as necessidades e os interesses de todos os estudantes. A colaboração entre professores, gestores, alunos e famílias é essencial para construir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, onde a diversidade seja vista como uma riqueza e não como um obstáculo. Dessa forma, a escola cumpre seu papel de formar cidadãos conscientes, capazes de conviver e respeitar as diferenças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Isso também se aplica a EaD, onde as dificuldades para alcançar essa proposta não devem desanimar aqueles que acreditam na inclusão e estão dispostos a promover esse novo paradigma. Isso requer várias mudanças no ambiente escolar, incluindo condições de acessibilidade, adaptações curriculares, entre outras, com respaldo na legislação (Sasaki, 1996). No entanto, a EaD engloba um conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos, coordenados de forma institucional e contínua (Bento, 2017; Bear, 2019). Esses recursos são essenciais para complementar a formação de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, assim como para atender às necessidades de estudantes com habilidades excepcionais (Mantoan, 2015).

Acreditamos que para proporcionar um maior esclarecimento sobre a importância do papel da EaD e seus objetivos no apoio à aprendizagem de alunos com deficiência, é crucial expor uma estrutura clara e objetiva, abordando pontos relevantes ligados a este método educacional que deve ser sempre inclusivo. A EaD, quando bem planejada e implementada, oferece ferramentas e recursos que podem ser adaptados às necessidades específicas de cada aluno, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela, *softwares* de reconhecimento de voz e plataformas adaptativas, que permitem a personalização do ensino e a superação de barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas. Então, a EaD promove a flexibilidade de tempo e espaço, possibilitando que alunos com deficiência possam aprender em seu próprio ritmo, em um ambiente que

respeite suas individualidades e potencialidades.

No entanto, para que a EaD cumpra seu papel inclusivo de maneira efetiva, é fundamental que os educadores estejam preparados para atuar nesse contexto, recebendo formação adequada e suporte técnico para utilizar as ferramentas disponíveis de forma criativa e eficaz. A colaboração entre professores, alunos, famílias e instituições também é essencial para garantir que o processo de aprendizagem seja significativo e transformador.

Ao adotar uma abordagem inclusiva, a EaD não apenas amplia as oportunidades educacionais para pessoas com deficiência, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, onde a diversidade é valorizada e respeitada. Logo, a EaD se consolida como um modelo educacional capaz de promover a inclusão e a equidade, transformando vidas e abrindo novos horizontes para o desenvolvimento humano e social.

Conseqüentemente, é fundamental enfatizar a relevância do professor no desafio de auxiliar o aluno nas salas com TA, garantindo que esses alunos tenham os mesmos direitos que os demais, conforme referenciado em diversos documentos legais (Moran; Masseto; Behrens, 2000).

Sasaki (2010) preconiza que, dentro deste novo conceito de escola, o papel do professor já não corresponde ao que foi desempenhado no passado. Atualmente, vive-se em contato permanente com desafios, onde a informação flui por diversos meios, como jornais, livros, revistas, televisão, outros meios audiovisuais, internet e TA, exigindo do profissional capacidade de adaptação constante e alinhamento com as vertentes da modernidade.

Assim, torna-se imprescindível que a escola reconfigure sua realidade, abraçando a diversidade como uma oportunidade de enriquecimento. Em vez de encarar as diferenças como obstáculos, é essencial transformá-las em vantagens. Este é um passo fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e solidária, onde todos tenham acesso às mesmas oportunidades, independentemente de suas origens, condições físicas, cognitivas ou socioeconômicas. A escola, como espaço de formação e convivência, deve ser o primeiro ambiente a refletir essa mudança de mentalidade, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade e incentivem a colaboração entre os alunos.

Diante desse contexto, é necessário que as instituições de ensino adotem políticas e estratégias que garantam a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, eliminando barreiras que possam impedir a participação plena de todos os estudantes. A formação continuada dos educadores é crucial para que eles possam atuar como agentes de transformação, capazes de mediar conflitos, combater preconceitos e criar um ambiente acolhedor e estimulante.

Ao integrar a diversidade em seu cotidiano, a escola não apenas prepara os alunos para os desafios do mundo contemporâneo, mas também se torna um exemplo de como a inclusão pode ser praticada e celebrada. Dessa forma, a educação se consolida como um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde as diferenças são respeitadas e todos têm a chance de desenvolver seu potencial em condições de igualdade.

Da Matta e Ferraz (2015) ressaltam a importância das TA, também conhecidas como tecnologias adaptativas ou de apoio, como ferramentas essenciais para proporcionar maior autonomia às pessoas com deficiência. Essas tecnologias incluem recursos como os leitores de tela, que são sintetizadores de voz mencionados anteriormente. De acordo com Bersch e Tonolli (2006, p.1), as TA abrangem "todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão". O objetivo das TA é ampliar a comunicação, mobilidade, controle do ambiente, oportunidades de aprendizado, trabalho e integração na vida familiar, com amigos e na sociedade em geral.

Estas reflexões são essenciais para enriquecer o conhecimento de professores e pesquisadores sobre a eficácia da aprendizagem EaD para alunos com qualquer tipo de deficiência. Ao aprofundar a compreensão sobre como as TA e as estratégias pedagógicas podem ser aplicadas no contexto da EaD, é possível identificar práticas inovadoras que promovem a inclusão e o sucesso acadêmico desses estudantes. Essas reflexões também destacam a importância de um planejamento cuidadoso e personalizado, que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno, garantindo que todos tenham acesso aos recursos e suportes necessários para uma aprendizagem significativa.

Ao compartilhar experiências e estudos de caso, professores e pesquisadores podem colaborar para a construção de um repertório de boas práticas, que sirva de referência para instituições e educadores em todo o país. Dessa forma, essas reflexões não apenas contribuem para o aprimoramento da EaD, mas também reforçam o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva, que valoriza a diversidade e assegura o direito de todos à educação de qualidade. Dessarte, os professores de EaD estarão capacitados para orientar os profissionais da escola na elaboração de estratégias no processo de ensino-aprendizagem, na criação de recursos e na organização da rotina, considerando cuidadosamente as particularidades de cada aluno e de cada contexto escolar.

Ao compartilhar experiências e práticas bem-sucedidas, esses educadores podem inspirar mudanças significativas nas políticas educacionais, promovendo a adoção de metodologias inclusivas que beneficiem não apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar. A troca de conhecimentos entre professores, gestores e pesquisadores também é fundamental para o desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias que facilitem o acesso ao conteúdo educacional, garantindo que todos os estudantes possam aprender de forma autônoma e significativa.

Outro aspecto importante é a formação de uma rede de apoio colaborativa, onde os profissionais da educação possam discutir desafios, compartilhar soluções e buscar aprimoramento contínuo. Essa colaboração fortalece a capacidade da escola em atender às demandas específicas de cada aluno, criando um ambiente educacional que valoriza a diversidade e promove a equidade. Ao investir na capacitação dos professores e na criação de recursos adaptados, a EaD se consolida como uma modalidade educacional capaz de superar barreiras e garantir que todos, independentemente de suas limitações, tenham acesso a uma educação de qualidade. Portanto, a escola se torna um espaço verdadeiramente inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e transformadas em oportunidades de crescimento coletivo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi destacar a importância das TA na EaD para os alunos com necessidades especiais, reafirmando seu direito à igualdade de oportunidades. Isso demanda dos professores formação, conhecimento e capacitação para promover a autonomia desses alunos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. A integração das TA no contexto da EaD representa um avanço significativo na democratização do acesso à educação, permitindo que estudantes com necessidades especiais superem barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas que antes limitavam sua participação.

No entanto, para que essas tecnologias sejam efetivamente utilizadas, é essencial que os educadores estejam preparados para adotá-las de maneira estratégica e inclusiva. A formação continuada dos professores, aliada ao domínio dessas ferramentas, é um passo fundamental para garantir que os alunos possam desenvolver suas habilidades de forma plena e autônoma. A promoção da autonomia desses estudantes não se restringe ao ambiente escolar, mas estende-se a todos os aspectos de sua vida, contribuindo para sua inclusão social e profissional.

Assim, o uso das TA na EaD não apenas assegura o direito à educação, mas também fortalece o compromisso com uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos têm a oportunidade de aprender e crescer. Além disso, o estudo realizado buscou fornecer reflexões que possam enriquecer a prática pedagógica dos professores de EaD, enfrentando os desafios da inclusão de pessoas com deficiência. Essas reflexões visam estimular ações que levem em consideração as necessidades específicas de cada indivíduo, proporcionando um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

Quanto às TA, é essencial que o docente ofereça atividades que contribuam para a aquisição de conceitos e proporcionem situações cotidianas que auxiliem os alunos na fundamentação de seus pensamentos. Nessa perspectiva, as TA desempenham um papel crucial, sendo ferramentas indispensáveis para a inclusão dos conteúdos escolares, especialmente para os alunos com deficiência. Sendo assim, o aluno com deficiência, enquanto sujeito social, se beneficia das diversas situações e interações que caracterizam os processos sociais e interpessoais presentes no ambiente escolar. Esses processos são influenciados também por outros conflitos originados pelo contexto social em que o

aluno está inserido.

A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, desempenha um papel fundamental na mediação dessas interações, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças. Ao participar ativamente desses processos, o aluno com deficiência tem a oportunidade de desenvolver habilidades sociais, emocionais e cognitivas que são essenciais para sua formação integral. No entanto, é importante reconhecer que os desafios enfrentados por esses estudantes não se limitam ao ambiente escolar, mas refletem as complexidades e desigualdades presentes na sociedade como um todo.

Questões como preconceito, falta de acessibilidade e exclusão social podem impactar diretamente o desempenho e a autoestima desses alunos. Portanto, é crucial que a escola, em parceria com a família e a comunidade, trabalhe de forma colaborativa para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes possam se sentir valorizados e capazes de superar os obstáculos impostos por seu contexto social. Dessa maneira, a educação se torna um instrumento de transformação, capaz de promover não apenas a aprendizagem, mas também a cidadania e a equidade.

Durante as aulas, é essencial que os estudos direcionem os processos de aprendizagem, acompanhados por avaliações específicas de cada caso. Isso envolve a construção do perfil individual do aluno, que servirá como base para a elaboração de um plano de intervenção escolar. Esse plano deve utilizar uma metodologia adequada para atender às necessidades educacionais do aluno no ambiente escolar. A identificação das particularidades de cada estudante, por meio de avaliações detalhadas e contínuas, permite que os educadores compreendam suas potencialidades, dificuldades e estilos de aprendizagem, criando assim estratégias pedagógicas personalizadas.

A construção do perfil individual não apenas facilita o acompanhamento do progresso do aluno, mas também fortalece a relação entre professor e estudante, baseada no respeito e na confiança. O plano de intervenção escolar deve ser dinâmico e flexível, capaz de se adaptar às mudanças e aos avanços observados ao longo do processo educativo. A metodologia escolhida deve priorizar práticas inclusivas, que incentivem a participação ativa do aluno e promovam seu desenvolvimento integral. Dessa forma, a educação se torna um processo mais humanizado e eficaz, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham a oportunidade

de alcançar seu pleno potencial.

É pertinente destacar que inclusão e socialização são direitos incontestáveis na sociedade atual, e é imperativo que a conscientização sobre eles seja difundida. A EaD emerge como um caminho viável para superar as barreiras que, até então, impediam esse acesso pleno e participativo. A EaD, ao utilizar ferramentas tecnológicas e metodologias adaptativas, possibilita que indivíduos com diferentes necessidades e realidades possam ter acesso ao conhecimento e à formação educacional, independentemente de limitações geográficas, físicas ou temporais.

Essa modalidade de ensino não apenas democratiza o acesso à educação, mas também promove a inclusão social ao integrar pessoas que antes estavam à margem do sistema educacional tradicional. Além disso, a EaD estimula a socialização por meio de ambientes virtuais colaborativos, onde os alunos podem interagir, compartilhar experiências e construir conhecimentos coletivamente.

No entanto, para que esses benefícios sejam plenamente alcançados, é fundamental que haja uma conscientização ampla sobre a importância da inclusão e da socialização, bem como o desenvolvimento de políticas e práticas que garantam a acessibilidade e a qualidade do ensino ofertado. A EaD se consolida como uma alternativa poderosa para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, onde todos tenham a oportunidade de se desenvolver e contribuir para o bem comum.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BEHAR, Patricia Alejandra (org.). **Recomendação pedagógica em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2019.

BENTO, Dalvaci. **A Produção do Material Didático para EaD**. São Paulo: Cengage, 2017.

BEZERRA, Elieber Barros *et al.* Utilização da tecnologia assistiva para a educação à distância. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 12, p. e4413, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i12.4413. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4413>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, SEESP, Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 out. 2009. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf>. Proposta Pedagógica do Colégio de Aplicação/UFSC. 2014. Acessado em: 03 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009.

DÍAZ, Félix *et al* (org). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FILATRO, Andrea. **Como preparar conteúdos para EAD**. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão (org). **Vozes, saberes e resistências cotidianas na educação para as relações étnico-raciais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: Diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10084, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10084>. Acesso em: 5 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: um novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Letícia Aparecida Alves de. **O (des)uso das tecnologias assistivas na educação a distância no contexto da educação profissional**. Curitiba, 2022. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER. Curitiba, 2022. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1197/Disserta%3a7%3a30%20Final_Let%3adcia%20Aparcida%20Alves%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso

em: 12 jan. 2024.

LIMA, Rayanne Liza Quirino de; GALASSO, Bruno José Betti; THOMPSON, Carlos Eduardo Marques. As contribuições das tecnologias assistivas na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EAD / As contribuições das tecnologias assistivas na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EAD. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 1, pág. 1692–1704, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-116. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22700>. Acesso em: 21 fev. 2024.

LIMA, Árlon Chaves et al. Educação à distância: as tecnologias assistivas para inclusão da pessoa com deficiência visual. **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.48090/ciki.v%vi%i.1619. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/1619>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MATTA, Cláudia Eliane da; FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara. Limites e possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior por meio da EaD. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 37–50, 2015. DOI: 10.53628/emrede.v2i1.33. Disponível em: <https://www.aunired.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/33>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MOORE, Miguel G. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo. Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORAN, José Manuel, MASSETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo, Papirus, 2000.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian. (org.). **Metodologias ativas para uma construção inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25.

MIRANDA; Theresinha Guimarães (org.). **Práticas de inclusão escolar um diálogo multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2016.

OKIMOTO, Maria Lúcia Leite Ribeiro et al. **Tecnologia assistiva: abordagens teóricas**. 1. ed. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2021.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia Assistiva – uma revisão do tema. **HOLOS**, n.29, v.6: 170-180, 2013. DOI: 10.15628/holos.2013.1595. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4815/481548608014/>>. Acessado em: 24 abr. 2024.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Trad. Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Sumus, 2006. p. 15-34.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Por que o nome “tecnologia assistiva”? In: **Assistiva**: tecnologia e educação. Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#porque>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA; Monique de Cássia da; FERREIRA, Francijane Mendonça; PEREIRA, Cleria Lourdes Moreira. A formação docente e uso das tecnologias assistivas: dificuldades para desenvolver as competências para a efetivação da educação inclusiva. **Revista Partes**, out/2020. Disponível em: <https://www.partes.com.br/2020/10/31/a-formacao-docente-e-uso-das-tecnologias-assistivas-dificuldades-para-desenvolver-as-competencias-para-a-efetivacao-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall (Org.). **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018.

Nota sobre autoria

O texto foi escrito em parceria.

Recebido em: 21/02/2025

Parecer em: 01/05/2025

Aprovado em: 14/05/2025